

Paulo Maximilian W. Mendlowicz Schonblum

CONTRATOS BANCÁRIOS

5ª Edição
Revista, Atualizada e Ampliada



Rio de Janeiro
2024

5ª edição – 2024

© *Copyright: Paulo Maximilian W. Mendlowicz Schonblum*

Presidente do Conselho Editorial: *Nelson Nery Costa*

Conselho Editorial: • *Álvaro Mayrink* • *André Brandão Nery Costa* • *Araken de Assis* • *Arnaldo Rizzardo* • *Arruda Alvim (in memoriam)* • *Cláudio Brandão* • *Florisbal de Souza Del' Olmo* • *Geraldo Magela Alves* • *Mathias Coltro* • *Nelson Nery Costa* • *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam)* • *Tânia da Silva Pereira*

Diagramação: *Olga Martins*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S392c
5. ed.

Schonblum, Paulo Maximilian Wilhelm, 1974-
Contratos bancários / Paulo Maximilian W. Mendlowicz Schonblum. - 5. ed.,
rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro : GZ, 2024.
602 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5813-096-3

1. Direito bancário - Brasil. 2. Contratos - Brasil. I. Título.

24-88329

CDU: 346.1(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

16/02/2024 20/02/2024

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

e-mail: contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

Estrada do Capuava, nº 1325 - Box Q - CEP 06715-410
Bairro Barro Branco - Município de Cotia - SP
Tel.: (0XX21) 99585-0737 / 99755-0737

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

Dedicatória	V
Agradecimentos.....	VII
Prefácio da 5ª edição.....	XI
Prefácio da 4ª edição.....	XV
Prefácio da 3ª edição.....	XXIII
Prefácio da 2ª edição.....	XXV
Prefácio da 1ª edição.....	XXVII
Apresentação	XXXI
Abreviaturas e siglas usadas.....	XXXIII
Introdução.....	1
Capítulo I – EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO	3
Capítulo II – CONTRATOS.....	7
1. Conceito.....	8
2. Evolução histórica: de Roma ao Novo Código Civil.....	10
3. Princípios da nova teoria contratual.....	17
3.1. Função social do contrato.....	19
3.2. Autonomia de vontade.....	22
3.3. Obrigatoriedade das convenções	23
3.4. Relatividade dos efeitos do contrato.....	26
3.5. Boa-fé objetiva.....	26
3.6. Transparência.....	32
4. Classificação dos contratos.....	36
5. Contratos de adesão.....	38
5.1. Características básicas.....	40
5.2. Natureza jurídica dos contratos de adesão.....	42
5.3. Interpretação dos contratos de adesão	45
5.4. Disposição legal acerca dos contratos de adesão.....	48

Capítulo III – OPERAÇÕES BANCÁRIAS E INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	51
1. As operações bancárias e as relações de consumo.....	51
2. A controvérsia acerca da aplicabilidade do CPDC.....	53
Capítulo IV – CONTRATOS BANCÁRIOS EM ESPÉCIE.....	65
1. Depósito – histórico e conceito.....	67
1.1. Utilidade prática.....	68
1.2. Forma de efetuação.....	69
1.3. Questões controvertidas.....	71
1.3.1. A natureza jurídica do contrato.....	71
1.3.2. Prazo máximo para o resgate.....	72
2. Abertura de conta.....	73
2.1. Conta-corrente – conceito e histórico.....	73
2.1.1. Natureza jurídica e características.....	80
2.1.2. Modalidades.....	82
2.1.3. Utilidade prática.....	84
2.1.4. A regulamentação efetuada pelo Bacen (Res. n. 3.919/2010).....	86
2.2. A conta poupança.....	90
2.3. A conta salário.....	92
2.4. Questões controvertidas e posicionamento jurisprudencial.....	93
2.4.1. Abertura de conta corrente mediante fraude.....	93
2.4.2. Conta corrente aberta para utilização em golpes.....	95
2.4.3. Executividade do contrato de conta-corrente.....	101
2.4.4. Executividade do contrato de abertura de crédito acompanhado de nota promissória.....	106
2.4.5. O recadastramento das contas bancárias.....	110
2.4.6. Possibilidade de encerramento unilateral da conta pela instituição financeira.....	112
3. Abertura de crédito – histórico e conceito.....	119
3.1. Utilidade prática.....	122
3.2. Natureza jurídica.....	124
3.3. Modalidades.....	129
3.4. Classificação.....	130
3.5. Questões controvertidas.....	131
4. Empréstimo (mútuo) – histórico e conceito.....	131

4.1. Utilidade prática	135
4.2. Forma de efetuação	137
4.3. Classificação	138
4.4. Questões controvertidas	139
4.4.1. Os efeitos da promessa de mútuo	139
4.4.2. A devolução do valor do empréstimo antes do prazo avançado sem o pagamento dos juros aprezados	142
4.4.3. Aplicabilidade do CPDC ao financiamento da casa própria pelo Sistema Financeiro de Habitação	144
5. Antecipação histórico e conceito	146
5.1. Utilidade prática	149
5.2. Forma de efetuação	149
5.3. Classificação	151
6. Desconto bancário – histórico e conceito	153
6.1. Utilidade prática	155
6.2. Forma de efetuação	157
6.3. Questões controvertidas	158
6.3.1. A natureza jurídica do contrato	158
6.3.2. As espécies e os efeitos do endosso e a responsabilidade do banco	159
7. Crédito documentado – histórico e conceito	166
7.1. Utilidade prática	169
7.2. A abstração como característica	171
7.3. Natureza jurídica	172
7.4. Modalidades	177
8. Cartão de crédito – histórico e conceito	180
8.1. Classificação dos cartões de crédito	185
8.2. Elementos do sistema	188
8.3. Mecanismo prático	190
8.4. As relações entre os elementos (integrantes) do sistema	192
8.5. Questões controvertidas	196
8.5.1. Responsabilidade da empresa emissora	196
8.5.1.i Cartão de crédito enviado sem prévia solicitação	197
8.5.1.ii Uso indevido do cartão de crédito após furto e roubo	201
8.5.1.iii – O sistema <i>firewall</i>	206

8.5.1.iv – Vícios nos produtos ou serviços adquiridos (com cartão de crédito) e desacordo comercial	207
8.5.2. Juros abusivos	210
8.5.3. Cláusula mandato	212
9. <i>Leasing</i> – histórico e conceito	216
9.1. Utilidade prática	222
9.2. Forma de efetuação	224
9.3. As modalidades	225
9.3.1. O <i>leasing</i> operacional (<i>leasing</i> industrial)	226
9.3.2. O <i>leasing</i> financeiro	226
9.3.3. O <i>lease-back</i> (ou <i>sale lease-back</i>)	227
9.3.4. Outras formas de <i>leasing</i>	227
9.4. Estrutura do preço pago. A contraprestação, o valor residual (VR) e o valor residual garantido (VRG)	228
9.5. Questões controvertidas	232
9.5.1. A natureza jurídica do contrato	232
9.5.2. Perecimento do bem arrendado	234
9.5.3. Contratos em moeda estrangeira e a variação cambial	237
9.5.4. Possibilidade de cobrança antecipada do valor residual (VR): a controvérsia, as súmulas e a solução final do E. Superior Tribunal de Justiça	240
9.5.5. Impossibilidade de devolução do VRG antes da entrega do veículo	244
9.5.6. Quando o VRG pode/deve ser devolvido	246
9.5.6.i – Contrato cumprido com todas as parcelas adimplidas	246
2469.5.6.ii – Contrato resolvido antes do prazo estipulado ..	250
9.5.7. O VRG como forma de pagamento (compensação) do saldo devedor	253
9.5.8. O suposto enriquecimento sem causa dos arrendadores nos casos de retenção do VRG. Pacificação pelo E. STJ	254
9.5.9. Responsabilidade civil da arrendadora	257
10. Alienação fiduciária – histórico e conceito	261
10.1. Utilidade prática	266
10.2. Características	269
10.3. Natureza jurídica e classificação	270
10.4. A ação de busca e apreensão e as inovações trazidas pela Lei n. 10.931/2004 e depois pela Lei n. 13.043/2014	272

10.5. Alienação fiduciária de bens imóveis.....	280
10.6. Diferenças entre a alienação fiduciária e o arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	284
10.7. Questões controvertidas.....	284
10.7.1. Possibilidade de alienação fiduciária de bens fungíveis.	284
10.7.2. A anotação do contrato de alienação fiduciária no registro de automóveis.....	286
10.7.3. A prisão civil no contrato de alienação fiduciária.....	289
11. Aluguel de cofre – histórico e conceito	292
11.1. Utilidade prática.....	294
11.2. Questões controvertidas.....	295
11.2.1. Natureza jurídica do contrato.....	295
11.2.2. Responsabilidade do banco.....	297
11.2.3. Excludentes da responsabilidade.....	298
11.2.4. A cláusula de não indenizar.....	301
11.2.5. A prova do dano.....	304
12. Contrato de penhor – histórico e conceito	310
12.1. Natureza jurídica	312
12.2. Utilidade prática, elementos e efeitos.....	313
12.3. Modalidades.....	315
12.4. Extinção do penhor.....	318
12.5. O penhor de objetos na Caixa Econômica Federal	319
12.5.1. Quando se descobre que o bem empenhado é de terceira pessoa.....	320
12.5.2. Validade da cláusula que delimita valor do bem em caso de perecimento.....	321
12.5.3. Sofrimento de danos morais pela perda do bem.....	324
Capítulo V – OUTRAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS.....	327
1. Juros histórico e conceito.....	327
1.1. Natureza jurídica.....	330
1.2. Classificação	332
1.2.1. Juros legais e convencionais.....	332
1.2.2. Juros compensatórios e moratórios.....	332
1.2.3. Juros simples e compostos (anatocismo)	334
1.3. A evolução da matéria no Direito brasileiro.....	337

1.3.1. Do Código Comercial (1850) à Súmula n. 596 do STF.....	337
1.3.2. A Constituição de 1988.....	340
1.3.3. A limitação prevista no artigo 192, § 3º, da CRFB/1988 e a Emenda Constitucional n. 40.....	342
1.3.4. O Código de Proteção e Defesa do Consumidor (1990).....	345
1.3.5. O Código Civil (2002)	348
1.3.6. A Resolução nº 4.656/2018 do BACEN, <i>Open Banking</i> , <i>Open Finance</i> e sua importância no mercado de crédito	350
1.3.7. Conclusões.....	352
1.4. Cobrança de juros pela taxa de mercado	353
1.5. Cobrança de juros compostos (anatocismo)	361
1.6. Cédula de crédito bancário	367
1.7. Cobrança de comissão de permanência	371
1.7.1. Origem, conceito e natureza jurídica.....	371
1.7.2. A não potestatividade de cláusula fixando a comissão de permanência pela taxa de mercado: a Súmula n. 294 do STJ	373
1.7.3. A comissão de permanência e a correção monetária: a Súmula n. 30 do STJ].....	375
1.7.4. Cumulatividade da comissão de permanência com os juros remuneratórios: a Súmula n. 296 do STJ].....	377
1.7.5. Cumulatividade com os juros moratórios e a cláusula penal	378
1.7.6. O fim das cobranças – Resolução nº 4.558/2017 do BACEN	379
1.8. Superendividamento	380
1.8.1. Definição.....	381
1.8.2. Elementos	382
1.8.3. Espécies de superendividamento.....	383
1.8.4. O superendividamento analisado pelos Tribunais antes mesmo de uma Lei que o legitimasse	386
1.8.5. A Lei 14.181 e o início do tratamento legal do superendividamento	390
2. Sigilo bancário histórico e conceito.....	397
2.1. Evolução da proteção ao sigilo no Direito brasileiro	399
2.2. A possibilidade de “quebra” do sigilo bancário.....	402
2.3. O Fisco	405
2.4. As Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI.....	415
2.5. O Ministério Público.....	419
3. Responsabilidade civil das instituições bancárias.....	424

3.1. Compensação de cheques falsificados	426
3.2. Débitos, compras, saques ou transferências não reconhecidos (ou indevidos).....	430
3.2.1. Posse e guarda do cartão e senha	433
3.2.2. Os novos cartões com <i>chip</i> e a posição da jurisprudência nacional	435
3.2.3. “Sequestro relâmpago”	441
3.2.4. Golpes eletrônicos.....	444
3.2.5. Engenharia Social e os golpes do PIX, Motoboy e Falso Boletos.....	446
3.2.6. Golpes do WhatsApp, Falso Sequestro e Falso Boleto.....	450
3.3. Endosso falsificado	455
3.4. Aplicações de risco	457
3.5. Porta giratória e revista	466
3.6. Filas	471
3.7. Responsabilidade por assaltos	480
3.7.1. No interior das agências bancárias	480
3.7.2. Nos caixas eletrônicos (TAA).....	484
3.7.3. Nos estacionamentos	487
3.7.4. Na via pública (“saidinha de banco”).....	491
3.8. Inserção em cadastros.....	496
3.8.1. Abusividade da inserção	497
3.8.2. Requisitos para a inserção.....	499
3.8.3. Ausência de aviso da inserção	500
3.8.4. Obrigação de retirada e manutenção indevida.....	503
3.8.5. Permanência ou inclusão durante discussão da dívida em juízo	505
3.8.6. Os danos decorrentes da negativação indevida.....	509
3.8.7. Estabelecimento do <i>quantum</i>	511
 Bibliografia	 517
 Anexo I – Súmulas referentes às atividades bancárias, juros e índices de correção monetária.....	 531
Anexo ii – Recursos repetitivos referentes às atividades bancárias, juros e índices de correção monetária.....	543